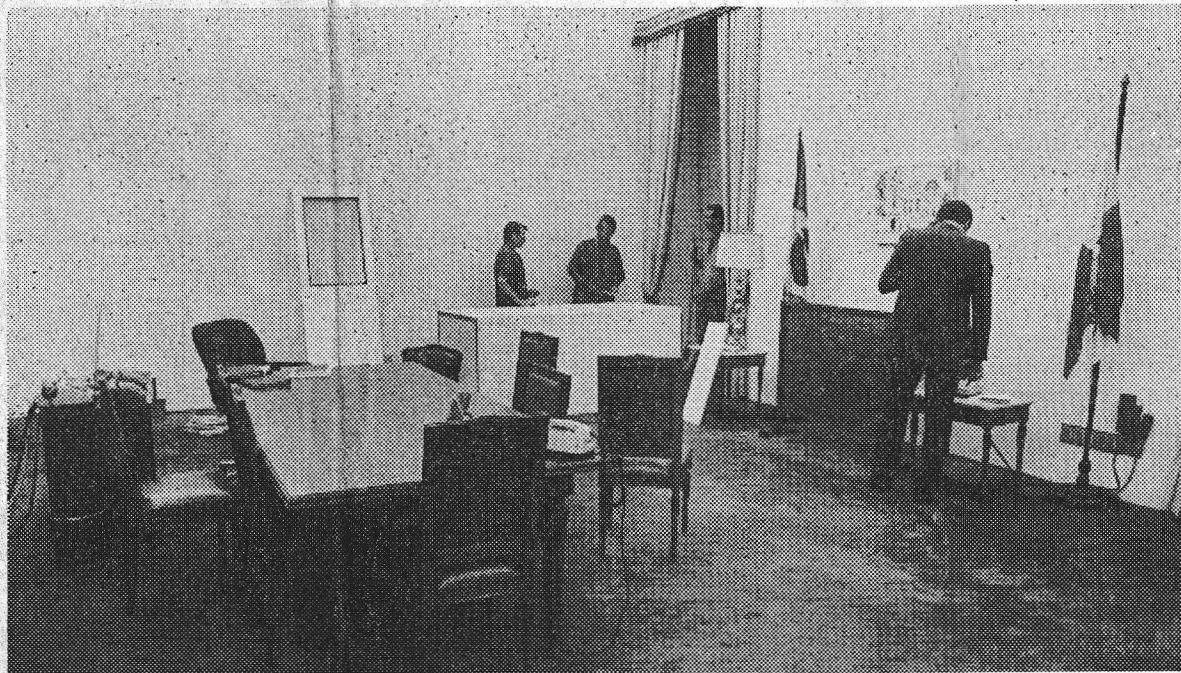




Depois da posse, o gabinete do governador era o retrato do descaso e da desordem

“O que fazemos? Onde estamos?”

O secretário estadual de Administração, Roberto Richelete, vai propor amanhã ao governador Moreira Franco a realização de um censo do funcionalismo que dê condições ao governo de responder a quatro perguntas: “Quantos somos? Quanto custamos? O que fazemos? Onde estamos?”. Nenhuma delas pode ser respondida hoje sem uma margem grande de erro. O governo do estado sabe que possui algo entre 200 e 300 mil funcionários e tem apenas uma vaga idéia de como este efetivo se distribui entre secretarias e empresas públicas.

Mas não é só isso que o governo Moreira Franco desconhece sobre o que recebeu das mãos de Leonel Brizola. “Entre o final do governo Chagas, em 1983, e o dia 15 de março de 1987, há um hiato de quatro anos na memória administrativa do estado”, diz um dos mais próximos assessores de Moreira. Não há registro, por exemplo, de boa parte das transferências de funcionários **emprestados** pelo estado ao Legislativo ou a prefeituras e vice-versa.

No Palácio Guanabara circula uma história, cuja autoria é atribuída ao secretário de Articulação com a União, José Colagrossi, primeiro secretário dos Transportes do governo Brizola. Na época, o Banco Mundial teria concedido um financiamento de 4 milhões de dólares para a construção de estradas vicinais, que nunca chegou à secretaria, entrando no caixa único do governo sem registro.

Descaso e improvisação

Embora funcionários do governo Brizola sejam colocados hoje sob suspeição de uso indevido do dinheiro público — como o pedido feito à secretaria do Trabalho para o pagamento de publicidade eleitoral do titular da pasta e deputado federal Carlos Alberto de Oliveira, Caó — e até de roubo (é o caso que envolve o ex-diretor do Depósito Público do Rio de Janeiro Roberto Osório, acusado de ter deixado vazia a caixa-forte do depósito) — a corrupção não é a acusação principal que o governo Moreira faz à administração Brizola.

“O que se viu foi um profundo desprezo pelos rituais administrativos, uma improvisação que levou à desorganização generalizada, o que acaba abrindo espaço para eventuais ilícitos”, avalia o secretário de Comunicação de Moreira, Ricardo Boechat. Não é atribuída também exclusivamente ao ex-governador a responsabilidade pelo caos administrativo. “O problema é que ele levou às últimas consequências uma situação histórica, que foi agravada com a fusão do Estado do Rio com a Guanabara”.

A improvisação é uma das características mais criticadas na administração anterior. Na opinião de assessores de Moreira, ela contribuiu muito mais para as inúmeras irregularidades que o Tribunal de Contas encontrou no programa dos Cieps, do que propriamente a má fé. Entre essas irregularidades estão pagamentos a empreiteiras antes dos Cieps concluídos, troca ou desapropriações de terrenos depois de concluídas as licitações para construção e o pagamento de consultorias que nunca foram realizadas.

Outro exemplo lembrado no Palácio Guanabara é o da Fundação de Apoio à Pesquisa no Rio de Janeiro, Faperj, que não gastou um centavo com pesquisas, enquanto manipulava um volume enorme de dinheiro como responsável pela construção dos Cieps. O relatório do Tribunal de Contas conclui: “Ninguém pode, nem poderá dizer, o custo real de qualquer dos Cieps construídos ou em construção. Nem a própria Faperj, ante à precariedade de seus controles”.

Irmãos siameses

Situação de semelhante descontrole vive a secretaria dos Transportes, que agora está às voltas com um rigoroso levantamento patrimonial no Departamento de Transportes Concedidos — responsável pela fiscalização, tarifas e concessão de linhas de ônibus intermunicipais — para saber, por exemplo, por que não há uma única máquina de somar no departamento.

Sem contar problemas mais graves, como a existência de mil processos de pedidos de mudanças de itinerário paralisados e a falta de condições para realizar a fiscalização dos ônibus no estado. Os carros disponíveis para este serviço estão quebrados.

Já no Banerj — que durante o ano de 86, segundo uma das maiores agências de publicidade do Rio, gastou mais de Cz\$ 200 milhões em propaganda — a disponibilidade de veículos era total. Só no Palácio Guanabara foram encontrados cinco, já devolvidos, dos 70 cedidos ao governo do estado junto com os respectivos motoristas e cotas de combustível. Nenhum ofício que justificasse essas concessões foi encontrado pela nova administração. A explicação, com jeito de piada, é dada por um integrante do primeiro escalão de Moreira: “Eles usavam o critério de irmãos siameses, um usa os órgãos do outro sem que tenham controle sobre isso”.

O estado de abandono de tomou conta do Palácio Guanabara foi o assunto principal dos novos hóspedes nos primeiros dias de governo. “Brizola transformou isso aqui numa **cabeça de porco**”, resume — numa definição pouco elegante ao se referir à transformação dos corredores do palácio num amontoado de salas improvisadas com paredes de compensado, para abrigar o maior número de secretarias e contínuos possível — um funcionário recente.

Os novos ocupantes do Guanabara buscam munição nos casos presenciados e reproduzidos agora pelos veteranos. A abertura do restaurante do palácio, que servia refeições a Cz\$ 1,50, a camelôs e mendigos é uma das preferidas. Tem o caso também do **motorista de fim de semana**. Um funcionário da Comlurb, cedido ao palácio, que durante alguns dias foi procurado para se apresentar ao serviço. A explicação, dada pelos próprios colegas, surpreendeu. Motorista de táxi de segunda a sexta-feira, só frequentava o Guanabara aos sábados e domingos, quando não havia expediente.